

REGIÕES RETICULARES: BREVES CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENDER AS NOVAS FORMAS URBANAS

ESTER LIMONAD

Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pesquisadora do CNPq
limonad@superig.com.br

RESUMO

Este ensaio introduz a ideia de regiões reticulares não-euclidianas. E o faz movido pela intenção de avançar teórica e metodologicamente, em um nível mais geral, na compreensão da organização e da produção contemporânea do espaço social, e em um nível particular, para situar a questão urbana e as tendências recentes da urbanização no Brasil. Essa categoria aparece como essencial para a construção de uma economia política do espaço, bem como para contribuir para explicar os fundamentos da divisão espacial do trabalho e o funcionamento da economia do sistema capitalista, por permitir analisar as atuais continuidades espaço-temporais que ora se estabelecem, verticalmente alterando as relações de centralidade prevalentes.

PALAVRAS-CHAVE: Regiões Reticulares. Urbanização. Brasil. Produção do Espaço. Centralidade.

RETICULAR REGIONS: SOME BRIEF CONSIDERATIONS TO UNDERSTAND NEW URBAN FORMS

ABSTRACT

The idea of non-Euclidean reticular regions is introduced in order to move forward on a theoretical and methodological approach on the comprehension of the contemporary production of social space. Moreover, it is our intention

to discuss Brazil's urban question and recent urbanization trends. We understand this category – reticular region – as essential in order to develop a political economy of space as well to explain the underlying foundations of spatial division of labor, as well as the performance of the capitalist system economy, as it allows the analyzes of current space-time continuities, that occur yet vertically altering the prevailing relations of centrality.

KEY WORDS: Reticular Regions. Urbanization. Brazil. Production of Space. Centrality.

Para entender a questão urbana e a urbanização hoje, parece-nos necessário começar por resgatar a categoria região tão cara à Geografia, porém deixada de lado por muito tempo, como se fora um complicador desnecessário. E o fazemos inspirados no espírito de que a “região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 2004, p. 247).

Cabe ressaltar, logo de início, que não se trata daquela ideia de região concebida como um recorte espacial com traços particulares, resultante de uma longa sistematização de observações e descrições, que por longo tempo prevaleceu nos estudos geográficos.

Tampouco se pretende resgatar a teoria da polarização e dos polos de crescimento, elaborada por François Perroux na década de 1950, trasladada para o plano territorial por Jacques Boudeville (1972), ambas diretamente comprometidas com propostas políticas de caráter macroeconômico dos anos 1960 para implementar o desenvolvimento econômico em países caracterizados como subdesenvolvidos. Nem se tem por intenção proceder a um enfoque funcional do tipo preconizado por Boudeville, que se preocupou em identificar e delimitar sistemas polarizados para desenvolver operações regionais. Pelo contrário, essa reflexão, não obstante seu caráter preliminar, tem por fundamento teórico-metodológico a concepção de que as desigualdades espaciais são fruto do processo histórico de reprodução social e de produção do espaço social, que no capitalismo se baseia nos princípios da divisão social e espacial do trabalho.

A proposta deste ensaio é introduzir a ideia de regiões reticulares, para avançar na compreensão da organização e da produção contemporânea do espaço social. Essa categoria aparece como essencial para se poder avançar em uma economia política do espaço.

O que seriam essas regiões reticulares? Para que servem? Começemos por explicitar como elas surgem. Antigamente, interações horizontais de diferentes tipos, graus e intensidades contribuíam para definir uma região. Em uma tradição que remonta a Vidal de La Blache, as cidades não se pensavam sem sua região.

Milton Santos em *A Natureza do Espaço*, após tratar das redes na contemporaneidade, distingue horizontalidades e verticalidades e relaciona-as, respectivamente, às redes e a pontos no espaço (SANTOS, 2004, p. 347). Enquanto as redes corresponderiam aos processos clássicos (horizontais) de regionalização, que pressupõem a existência de continuidades espaciais ou contiguidades físicas, as interações verticais entre pontos apontariam para a construção de novas formas de regionalização, que prescindiriam de continuidades e descontinuidades físicas.

A região, segundo esses parâmetros, não corresponderia, assim, mais a uma construção estável resultante de uma sistematização de atributos, nem pura e simplesmente a um recorte físico. Uma região se definiria, em última instância, não por sua duração, mas por sua coerência funcional (HARVEY, 1985; SANTOS, 2004) espacial e/ou temporal. Coerência essa cambiante nos dias atuais que propicia “que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo” (SANTOS, 2004, p.247).

É com base nessa abordagem de Milton Santos associada à ideia de posição de centralidade, inspirada na posicionalidade de Eric Sheppard (2002), que se esboça e propõe aqui a ideia de regiões reticulares.

Cabe distinguir as regiões reticulares de outros tipos de região tão caros à análise regional e aos estudos de inspiração neoclássica. Não se trata da região-rede e tampouco de uma cidade-região, nem de uma rede de cidades ou de uma rede regional pura e simplesmente. A região reticular distingue-se de outras concepções de região a partir de sua própria gênese e de sua conformação espacial. Entendemos que a região reticular se constrói a partir de interações verticais de interesses sociais, de simultaneidades temporais que propiciam interações espaciais variadas. Sociais em um sentido amplo que envolve as diferentes práticas espaciais relativas à reprodução das relações sociais de produção, não no sentido restrito dos economistas, mas em um sentido amplo envolvendo todas as esferas da vida social que, no capitalismo, correspondem à reprodução

da família, da força de trabalho e dos meios de produção em que interagem uma ordem próxima e uma ordem distante, o cotidiano e as instituições.

Isso ocorre conforme esses interesses estabelecem interações de tipos, graus e intensidades variáveis, que articulam diferentes lugares e aglomerados a sítios geográficos de modo a satisfazer suas necessidades de reprodução.

Constitui-se, assim, uma região, não no sentido clássico, contínuo, definida a partir de um conjunto de atributos ou de um plano (BOUDEVILLE, 1972), de um polo (PERROUX, 1977), nem como uma região esburacada como propõe Doreen Massey (2008), mas uma região reticular não-euclidiana. Uma região constituída por interações verticais, por laços imateriais, porém geograficamente localizada com nós em pontos estratégicos, que não necessariamente organizam o seu entorno, de onde provém a designação reticular. Uma região reticular com uma topografia imaterial definida pelo grau e intensidade das diferentes interações que se estabelecem.

Essas interações verticais ligadas a interesses específicos, ao articular diferentes lugares do local ao global, soem apresentar hierarquias próprias, uma vez que nelas a posição de centralidade (ver a respeito SHEPPARD, 2002) está relacionada aos interesses que definem as interações e as formas com que estas se estabelecem. Não se trata, assim, de uma centralidade a partir de uma hierarquia de lugares centrais (CHRISTALLER, 1966), nem de critérios e parâmetros relacionados às teorias neoclássicas da localização (WEBER, 1929; LOSCH, 1954).

Uma região reticular pode se sobrepor, justapor ou atravessar outras que porventura existam conectando e articulando em um espaço não-euclidiano diferentes lugares e sítios geográficos. Constituem-se, assim, diferentes centralidades que, não necessariamente, confundem-se com hierarquias próprias e polaridades ou multipolaridades próprias.

Nossa hipótese é que essas regiões reticulares não-euclidianas explicariam de certa maneira os fundamentos da divisão espacial do trabalho e o funcionamento da economia do sistema capitalista, à medida que permitem visualizar as possibilidades de interpenetração e sobreposição de diferentes capitais sobre os lugares, sobre os sítios geográficos, que são tomados de assalto e subsumidos aos interesses da reprodução de diferentes capitais em particular e do capital em geral.

A estruturação de múltiplas regiões reticulares sobre o espaço social que atendem a diferentes interesses sociais contribui para alterar as relações de cen-

tralidade pretéritas, engendradas lentamente, quando não as destrói. E o faz com parâmetros cambiantes que definem essa centralidade em função de interesses efêmeros ou duradouros diversos.

Perguntamo-nos, então, se os limites da interpretação da divisão social do trabalho enquanto divisão territorial do trabalho estaria posta.

Como chegamos até aqui?

Ao se considerar o Brasil como um todo, são perceptíveis diversas mudanças em relação a períodos que antecedem a última década do século XX, em relação à distribuição espacial das atividades produtivas, à distribuição espacial da população e ao uso e ocupação do espaço.

Primeiro, após diversas iniciativas implementadas pelo Estado, durante vinte e cinco anos de ditadura e de planejamento autoritário setorial (ver a esse respeito ARAÚJO, 1997), com a meta de desconcentração econômica para reduzir os “desequilíbrios” regionais, em menos de uma década, a partir do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a ação combinada e a articulação de diferentes capitais e interesses concretizou a almejada desconcentração e dispersão espacial da produção e das atividades produtivas.

Mudou, portanto, o padrão de distribuição espacial das atividades produtivas e da população, embora ainda prevaleça uma maior concentração em uma faixa de até duzentos quilômetros do litoral. Diversos setores e ramos industriais dispersaram-se pelo território nacional, desde tecidos e veículos a bens intermediários e de produção. O setor automotivo é o que melhor ilustra essa desconcentração produtiva. Automóveis e veículos deixaram de ser fabricados exclusivamente no ABC paulista. Montadoras instalaram-se, a partir de 1995, no interior dos estados de Goiás (Hyundai e Mitsubishi), Minas Gerais (Mercedes Benz), Rio de Janeiro (consórcio PSA – Peugeot, Citroen e Volkswagen caminhões e ônibus) Rio Grande do Sul (Chevrolet) e São Paulo (Honda e Toyota); nas capitais dos estados do Amazonas (Honda) e Goiás (Iveco) e nas regiões metropolitanas dos estados da Bahia (Ford) e do Paraná (Nissan, Renault e Volkswagen) entre outras.

Soma-se a essa dispersão das atividades produtivas o avanço das fronteiras de grãos no Centro-Oeste e no Norte do país.

Segundo, verifica-se, desde 1980, significativas alterações nos fluxos migratórios, que deixaram de se dirigir para as principais capitais do Sudeste, não

obstante se mantenham migrações do Nordeste para o interior do Estado de São Paulo. Os fluxos interregionais no sentido Nordeste-Sul prevalecentes antes de 1980 deram lugar a fluxos intrarregionais e intraestaduais, acompanhados por migrações direcionadas para o Centro Oeste e Norte, segundo dados dos censos de 1980 a 2000 (IBGE, 1980, 1991 e 2000).

Por conseguinte, na virada do século, em meio ao cerrado do Planalto Central onde, há menos de cinquenta anos, havia apenas cobras, pacas, antas e tatus, encontra-se uma aglomeração descontínua com cerca de cinco milhões de habitantes distribuídos ao longo de quase duzentos quilômetros no eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, conforme dados do censo de 2000 (IBGE, 2000) e, aproximadamente dois milhões de habitantes residem e trabalham em Manaus, às margens do encontro dos rios Negro e Amazonas, em meio à floresta amazônica.

Apesar da redução nas taxas de crescimento demográfico (IBGE, 2000), desde 1990, multiplicam-se as regiões metropolitanas, lado a lado a um incremento das taxas de crescimento das cidades pequenas e médias. Tem-se, assim, uma inversão das projeções e estimativas demográficas da década de 1980, que previam uma expansão crescente das áreas metropolitanas. E, embora a maior parte da população brasileira resida desde 2000 em áreas urbanas, as áreas metropolitanas de fato, descartando-se aquelas com menos de um milhão e meio de habitantes, concentram menos da metade da população urbana do país.

Terceiro, a desregulação do mundo do trabalho, decorrente do fim da hegemonia do pacto fordista, tem por corolário uma desregulação do uso e da ocupação do espaço em geral (HARVEY, 1989; OFFE, 1984) em diferentes escalas.

Observa-se, nos mais diversos rincões do país, uma intensificação e extensificação da urbanização com um consumo voraz e crescente do espaço. Apesar dos discursos de preservação ambiental de matizes variados e das iniciativas de normatização do uso e ocupação do solo por parte do Estado, tem-se uma crescente desregulação que atinge não apenas as áreas urbanas, mas a totalidade do espaço social. Crise urbana, crise ecológica, crise ambiental são evidências da crescente predação do espaço social por diferentes capitais, secundados pelo Estado.

Para atender às necessidades crescentes de incorporação de novos espaços, são revistas as legislações ambiental e de uso do solo. Introduzem-se mudan-

ças casuísticas voltadas para atender conjunturalmente a interesses específicos (COSTA, 2007; LIMONAD, 2008; LIMONAD; ALVES, 2008). Disponibilizam-se sítios antes intocáveis. A função social se sobrepõe à função ambiental da propriedade. Áreas de preservação permanente passam a integrar áreas de proteção ambiental. E, em nome da função social da propriedade, mediante elaborados zoneamentos econômicos e ecológicos destinados a garantir a sustentabilidade da ocupação, embora eventualmente sequer contenham áreas destinadas à conservação, essas áreas de proteção ambiental soem ser ocupadas por condomínios e mega-*resorts*, tornam-se destinos turísticos ou são degradadas para atender à implantação de grandes projetos industriais, de infraestrutura e de geração de energia.

Na escala local, nas áreas urbanas, implementam-se operações interligadas e instrumentos diversos (solo criado, imposto territorial progressivo, contribuição de melhoria e outros instrumentos) através do Estatuto da Cidade. Sem embargo, este instrumento constitua um avanço na legislação urbana e contribui, também, em certa medida, para praticamente anular algumas posturas urbanísticas e a legislação urbana, através do pagamento de taxas e ônus legais para fundos de destinação social (LIMONAD; BARBOSA, 2003).

Dissemina-se, de Norte a Sul, uma dispersão de atividades econômicas produtivas, de serviços de condomínios fechados, de loteamentos, *resorts* litorâneos voltados para o turismo internacional. Formam-se enclaves produtivos, extrativos, industriais e turísticos caracterizados, em meados da década de 1990, como ilhas de prosperidade.

Esse consumo crescente do espaço por atividades urbanas, industriais e de serviços é acompanhado por um avanço da ocupação das florestas com a ampliação das fronteiras agrícolas e expansão das monoculturas intensivas de cana, soja e milho entre outras.

Resulta daí um vertiginoso aumento da exclusão social e da precarização das condições de vida de grandes contingentes sociais, nos campos e nas cidades, ao serem espoliados de sua condição de existência, conforme os locais onde viviam, são incorporados à lógica hegemônica de reprodução dos meios de produção.

A dispersão espacial das atividades econômicas e da riqueza é acompanhada *pari passu* por uma dispersão de favelas e loteamentos de baixa renda em áreas rurais, enquanto as franjas urbanas em áreas de agricultura intensiva se

veem tomadas por assentamentos de trabalhadores rurais. Essa dispersão espacial da pobreza pode ser interpretada como expressão de tentativas de aumentar a mobilidade espacial do trabalho e fazer frente ao movimento de dispersão e deslocalização espacial do capital. Esses movimentos combinados do capital e do trabalho, para dentro e para fora das áreas urbanas e rurais, rompem com coerências regionais pretéritas e contribuem para mudar o conteúdo e o significado das regiões (HARVEY, 1985; SANTOS, 2004).

Estaríamos diante de uma complexificação da questão urbana? Frente ao fim das cidades? Ao fim do campo? Ou perante a urbanização da sociedade?

Nos últimos dez anos, a aceleração dos processos gerais relacionados à reprodução das diferentes esferas sociais, de deslocalização, redistribuição, reorganização, reestruturação interferem diretamente com a divisão social, técnica e espacial do trabalho.

Parece-nos, assim, que os processos assinalados até aqui vão além de uma mera complexificação da relação cidade-campo. Mas seriam resultantes da complexificação contemporânea dos processos de reprodução social, com rebatimentos em todas as esferas da vida social (do cotidiano da família e reprodução da força de trabalho, à reprodução em geral de diversos capitais) (LEFEBVRE, 1974), em um movimento desigual e combinado, que gera espaços e tempos diferenciados, que altera os ritmos temporais da vida e da reprodução em geral.

As formas da urbanização que ora se materializam, devem ser entendidas como um aspecto fenomenológico desse processo geral, como expressões no espaço das estratégias encontradas por diferentes capitais para garantir sua reprodução.

Defrontamos-nos hoje não apenas com uma mudança de paradigmas, mas com uma questão de método, relativa à aproximação do “real” e à construção do objeto teórico, enquanto síntese de múltiplas determinações. Embora a aparência, entendida enquanto uma representação do real, tenha tanta importância quanto a essência, não deve ser tomada por si só. O aparente, o visível, perceptível em si mesmo, tomado por si só, não apenas é enganoso, mas pode conduzir a conclusões equivocadas. A aproximação ao “real” e às múltiplas determinações necessita dessa contradição dialética entre aparência e essência.

Tomar o que existe como dado implica em trabalhar apenas com as representações do objeto, com suas formas e manifestações, com o perigo de se feti-

chizar o objeto em si, e da reflexão se limitar a seus aspectos fenomenológicos. Corre-se o risco, assim, de se interpretar cada caso como singular e não como uma síntese de processos mais gerais, como expressão de uma relação entre o geral e o particular, entre uma ordem próxima e uma ordem distante.

Para escapar da fenomenologia e do empirismo, é necessário compreender as relações subjacentes que se estabelecem e determinam essas mudanças. Para captar a essência do real, do objeto de estudo, é necessário desvendar a sua construção histórica. Abstrair do objeto e voltar a ele reconstruído, como concreto pensado. A cidade enquanto objeto real pode ser entendida como uma aparência, uma forma, uma paisagem que condensa relações, assim como o campo, não obstante seus conteúdos e significados sejam distintos.

É necessário distinguir e escapar do que poderíamos chamar de (con)fusão entre níveis de percepção e de reflexão, entre a aparência e a essência, entre o objeto real e o objeto teórico.

Voltemos à indiferenciação entre cidade e campo, entre urbano e rural. Primeiro, cabe distingui-los enquanto níveis de percepção e de reflexão e não tomá-los simplesmente como sinônimos.

Cidade e campo são mediações que reportam a imagens, a representações do real, mas que podem ser sintetizadas como paisagens. Enquanto representações, cidade e campo residem de forma singular na memória de cada indivíduo, em seu imaginário, informado por sua vivência, enquanto signos que remetem, cada um por si, a uma paisagem, a espaços, ritmos e especificidades próprias. Essas representações do imaginário, designadas por Lefebvre (1991) de espaços de representação, coexistem com outras representações e racionalizações do que seja a cidade, o campo e mesmo a natureza, informadas por concepções hegemônicas, representações do espaço, que remetem a uma paisagem concebida, paisagens com uma forma explícita, própria. A ideia de cidade remete à imagem de aglomeração de edificações, atividades, pessoas, de concentração. Já a ideia de campo remete a imagens de lavouras, cultivos, criação de animais, florestas, montanhas, amplas extensões. Embora essas representações mudem ao longo do tempo e em cada sociedade, cidade e campo podem ser percebidos como formas com conteúdos e significados próprios. Ver a cidade como forma não implica em pensá-la, como soem fazer os arquitetos e urbanistas, como mero receptáculo ou, ainda, como um conjunto de estruturas e infraestruturas. Ao propor tratar a cidade e o campo como formas, é necessário fazê-lo

dialeticamente. Seguimos por analogia, o procedimento de Marx (1975), que em O Capital, parte da forma mercadoria, enquanto síntese de múltiplas determinações, para explicar o sistema capitalista. A cidade seria, assim, uma forma produzida, de início, historicamente, como valor de uso, a partir de práticas espaciais, informadas por representações do espaço e por espaços de representação. Cidade e campo, assim, podem ser entendidos como formas, paisagens, condensações de espaços sociais diferenciados, como expressões e configurações singulares das práticas espaciais e representações de cada sociedade e tempo histórico, que se cristalizam e permanecem ao longo do tempo.

Cidade e campo, enquanto formas podem ser entendidas, historicamente, como expressões fenomênicas ou manifestações concretas no espaço social do urbano e do rural. Se o urbano é uma qualidade, uma diferença, conforme o define Lefebvre (1969, p. 72-78), o rural também o é. Se o urbano é a festa, o encontro, a simultaneidade, a centralidade, uma qualidade que nasce de quantidades, o rural seria, então, por oposição, o sossego, a tranquilidade, o isolamento, a sequencialidade, o periférico, uma qualidade despojada de quantidades.

Todavia, embora a associação entre cidade e urbano, campo e rural seja quase imediata, nem um nem outro podem ser definidos como apegados “a uma morfologia material (na prática, no prático-sensível) nem como algo que pode se separar dela” (LEFEBVRE, 1969, p.78), embora em termos heurísticos o façamos no Diagrama 1. Tampouco, urbano e rural constituem essências atemporais, nem sistemas entre sistemas, mas sim diferenças.

DIAGRAMA 1

CIDADE	-	CAMPO	-	FORMA	-	APARÊNCIA
URBANO	-	RURAL	-	QUALIDADE	-	ESSÊNCIA
INDUSTRIAL	-	AGRÁRIO	-	FUNÇÃO	-	PROCESSOS

Por sua vez, o industrial, o agrário, os serviços são funções que durante a hegemonia do modelo fordista encontravam uma reciprocidade, respectivamente, na cidade e no campo. Muito embora, nem sempre tenha sido assim, pois a indústria nasce no campo, próxima às fontes de matéria prima e de energia, e vai para a cidade quando novas condições gerais de produção se estabelecem com base no desenvolvimento das forças produtivas e do meio técnico-científico. Tem-se, assim, um ponto de inflexão, entre a 1ª e a 2ª Re-

volução Industrial. Não só a indústria vai para as cidades, como exponencia a urbanização; as novas condições gerais permitem a separação entre local de moradia e de trabalho, deixa de haver, assim, uma imbricação histórica entre ambos, e as cidades alcançam uma outra qualidade, um outro patamar de desenvolvimento.

Outra inflexão, ou ruptura ocorre com o modelo de acumulação flexível, tornando essas interrelações ainda mais complexas. As condições gerais engendradas pela 3ª Revolução Industrial e o desenvolvimento do meio técnico científico, agora informacional, propiciam a combinação de diferenças no espaço social, diluem-se assim os antagonismos entre campo e cidade. Processos que tinham lugar ou no campo ou na cidade passam a se verificar em ambos, como procuramos exemplificar no Diagrama 2, embora apresentem diferenças em termos de sua extensão, intensidade e densidade.

DIAGRAMA 2

Tempo	Forma	Qualidade Conteúdo	Função
1ª Revolução Industrial	cidade	urbano	política ofícios serviços
	campo	rural	agricultura indústria
2ª Revolução Industrial	cidade	urbano	política indústria serviços
	campo	rural	agricultura
3ª Revolução Industrial	cidade	urbano?	política indústria serviços
	campo	rural?	agricultura indústria serviços

As atividades industriais e de serviços realocizam-se no campo e são acompanhadas por diversos grupos sociais, desde setores de classe média a trabalhadores assalariados, que saem dos grandes centros urbanos. Esse êxodo da cidade para o campo, em áreas economicamente dinâmicas, contribui para a formação de condomínios fechados, loteamentos rurais próximos a vias de tráfego, bem como para a favelização à beira das estradas, na orla dos rios ou em meio à mata.

Por outro lado, em áreas de agricultura intensiva, trabalhadores rurais despojados de seus meios de sustento migram para a orla dos centros urbanos de pequeno e médio portes, transformando-se em boias frias assalariados. Um exemplo marcante é a ocupação urbana em áreas de cultivo intensivo de soja; aí os condomínios fechados se localizam apenas nas encostas e onde as ceifadeiras não conseguem passar.

Ocorre, assim, um descolamento entre forma, função, conteúdos e significados. Deixam de prevalecer as correspondências e reciprocidades pretéritas. No entanto, “não há forma sem conteúdo”, nem conteúdo sem forma (LEFEBVRE, 1969, p.83). Verifica-se, assim uma refuncionalização, um redimensionamento e uma ressignificação ao se alterarem as relações entre forma-função-conteúdo. Dá-se uma refuncionalização das formas, um redimensionamento das funções e uma ressignificação dos conteúdos. Permanecem, todavia, fragmentos que conferem ao campo e à cidade, enquanto paisagens, características próprias no nível da percepção, da aparência.

Esses momentos de ruptura ou inflexão, em que a forma se separa de seus conteúdos são propícios para perceber o conteúdo das formas, pois usualmente “aquilo que se oferece à análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo” (LEFEBVRE, 1969, p. 83), em que um remete constantemente ao outro. A razão dialética permite vislumbrar além da opacidade forma-conteúdo, e superar a aparente reciprocidade entre cidade e urbano, entre campo e rural.

Porém, se “a forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro não pode desaparecer” (LEFEBVRE, 1969, p. 76), como fica o urbano quando as centralidades são reconfiguradas? E, quando as simultaneidades deixam de se dar exclusivamente com base em contiguidades e continuidades espaciais e passam a se dar em um *continuum* de tempo?

A primeira derivação é que a localização geográfica e a paisagem deixam de ser fatores demarcadores do que seja rural ou urbano, cidade ou campo. Atividades industriais e agrárias se deslocizam, se interpenetram. Em termos de espaços de produção, a diferenciação, em sentido estrito, pode ter sido superada, porém em um sentido amplo houve complexificação. Que diferenciação é possível? Como diferenciar? Parece-nos necessário voltar ao básico, à Ideologia Alemã de Marx (MARX; ENGELS, 1984) e a sua reflexão crítica sobre o método dialético. A diferenciação possível e cabível deve ter por base as relações de produção e as relações que se estabelecem entre os grupos sociais e os meios de

produção. Entre a reprodução da sociedade em geral e a reprodução da família e da força de trabalho.

Tomemos um exemplo simples e, por assim dizer, banal.

Começemos pela galinha.

Antigamente uma galinha poderia, e ainda pode em alguns lugares, ser vista como algo típico do campo. Uma galinha além de ciscar milho, comia minhocas e outros vermes. Após um período de maturação natural poria ovos, teria pintinhos e finalmente conheceria uma panela ou seria trocada por outras coisas.

Tomava-se canja de galinha, comia-se galinha ao molho pardo.

Em certo momento, das galinhas passamos aos frangos. E dos frangos, aos peitos e coxas. Galinha hoje virou artigo de luxo, pelo qual se paga caro. Encontra-se nos bons mercados sob a etiqueta de frango orgânico, biológico.

O fato é que, silenciosamente, passou-se, sutilmente, da criação para a produção. Da criação de galinhas, perus e outros animais para a produção de alimentos “beneficiados” disponibilizados em reluzentes embalagens em prateleiras refrigeradas de supermercados de todo o mundo.

Embora, aparentemente banal, este é um processo importante e complexo. Importante, pois o Brasil tornou-se um dos maiores produtores e exportadores mundiais de frangos. Complexo, pois esse é um processo de produção que envolve bilhões de dólares e vai muito além de galinhas ciscando o milho e vermes em meio à sujeira.

Aves agora são “produzidas” em ritmo industrial em uma cadeia produtiva “flexível”, do local ao global, que envolve além da produção de grãos e de rações, as indústrias farmacêutica, química, de embalagens e logística, bem como a bioengenharia genética de sementes e de matrizes, e *last but not least* o capital latifundiário, uma vez que a reprodução desse processo de produção e sua constante valorização exigem a incorporação crescente senão a propriedade de grandes extensões de terra.

Aves, produtos agrícolas e mesmo a água deixaram de ser alimentos pura e simplesmente para se converter em produtos industrializados de exportação com alto valor agregado. Chamá-las *commodities* não é um eufemismo... Elas podem ser vistas como a síntese do processo geral de reprodução ampliada do capital em geral na contemporaneidade, em que os fixos se tornam parte integrante da composição orgânica do capital.

Não se trata mais de alimentar a população, de matar a fome, mas de produzir mercadorias, onde o solo e os seres vivos se tornam base e suporte material do processo produtivo. Não é o território que se torna estratégico para a reprodução do capital, é a totalidade do espaço. Nada escapa à lógica hegemônica de reprodução dos diferentes capitais, nem os espaços ditos naturais, que se convertem em reserva de valor, nem a produção artesanal de bens e alimentos, que se convertem em artigos de luxo produzidos com estrito controle de qualidade para o consumo de poucos. Tampouco escapam a essa lógica hegemônica as reservas indígenas e os enclaves mais primitivos. Tudo é arrastado para a esfera do processo de reprodução geral. Nada resiste a esse movimento que gera espaços diferenciados, necessários para o desenvolvimento geograficamente desigual do capitalismo. As transformações ora em curso são de alcance global.

Rural ou urbano? Urbano ou rural?

De fato, o que se tem é um espaço social com diferentes atividades produtivas que se interpenetram, e que tornam indistintos os limites das paisagens urbanas e rurais, das funções que se desenvolvem na cidade e no campo. O que não significa que haja uma homogeneização. Pelo contrário, as mudanças na distribuição espacial das atividades produtivas e de serviços, decorrentes do processo de acumulação flexível, requerem interações interurbanas em distintas escalas, que contribuem para redefinir a rede urbana. Redefinição que, impacta de forma diferenciada os vários núcleos urbanos e contribui para uma diversificação e especialização em escala regional da rede urbana, que se segmenta em núcleos de habitação, trabalho, consumo, lazer e produção, sem que haja necessariamente uma superposição. Alteram-se assim, ao mesmo tempo, as práticas espaciais relativas à reprodução da família, da força de trabalho no nível do cotidiano, uma vez que deixam de haver necessariamente superposições, coincidências e simultaneidades espaciais.

Em uma escala regional, povoados e localidades isoladas, antes desprovidos de importância, são articulados diretamente aos fluxos globais através da ação e mediação de diferentes atores. Constroem-se, assim, ligações que atravessam diferentes escalas, com desdobramentos desiguais. Contribuem nesse sentido, não apenas a articulação virtual aos fluxos globais, como também a implantação de infraestruturas e suportes físicos. Resulta daí uma redefinição das relações de centralidade. Redefinição, por assim dizer radical, uma vez que se

estabelecem relações entre centros de primeira e de última ordem, se tomássemos por base uma perspectiva *christalleriana*.

As interações verticais organizam de forma diferenciada e complexa os diferentes espaços de produção, de vida e de trabalho. Tem-se, por conseguinte, um aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho com uma diversificação e especialização espacializadas das unidades de produção, que passam a atender mercados supra-regionais e internacionais. Assim, fábricas de uma mesma empresa, situadas em diferentes partes do país, passam a produzir produtos distintos destinados a atender não só ao Brasil, mas a outros países da América do Sul, como é o caso, por exemplo, da Whirlpool – Brastemp, que produz condicionadores de ar e microondas em Manaus (AM), lavadoras, lava-louças e fogões em Rio Claro (SP) e refrigeradores e freezers em Joinville (SC).

Em consequência mudam as relações, os parâmetros e condições de centralidade, que não estariam mais dadas apenas em razão dos assim chamados indicadores clássicos, nem exclusivamente pela concentração de condições gerais, e tampouco se definiria tão somente pela inserção de um lugar na economia mundial e por sua articulação aos fluxos globais. Mas sim, conforme Sheppard (2002), pela posição deste lugar nas diversas redes (políticas, econômicas, sociais) em que se insere e pelas interações que estabelece com outros lugares. Nessa perspectiva, a condição de centralidade torna-se relacional e mutável num sentido dinâmico espaço-temporal, uma vez que as interações são variáveis.

A região reticular surge, assim, como uma possibilidade de percepção da complexidade do aprofundamento contemporâneo da divisão espacial do trabalho, e das interrelações que se estabelecem em diferentes escalas. Embora as interações que a constituem não necessariamente contribuam para organizar os espaços adjacentes, afetam de forma diferenciada os vários pontos (nós) da rede urbana, seja ao servir de reforço à posição de centralidade dos centros a que se articularam, seja através de conflitos socioespaciais ao desarticular relações pretéritas de reprodução nos locais e sítios antes isolados. Isso contribui para a precarização das condições de vida de distintos grupos sociais com a ampliação dos espaços de exclusão dentro e fora das cidades. À dispersão espacial da riqueza e da produção segue-se a dispersão da pobreza, da miséria, da exclusão.

Frente à assinalada indiferenciação, o urbano e o rural resistem, por ora enquanto urbanidade e ruralidade, por assim dizer, nas interações horizontais,

nas práticas espaciais e nas redes sociais que se estabelecem dentro e fora das cidades. No entanto, as atuais interações verticais, assim como redefinem as condições de centralidade, também podem ser o prenúncio de outros tipos de encontros, de outras simultaneidades e repetições, de um outro urbano, de um outro rural, de outras práticas espaciais ao contribuírem para viabilizar formas alternativas de organização social ou de apropriação social do espaço.

Enfim, a região reticular pode ser interpretada, ainda, como uma espacialização das relações de centralidade que ora se estabelecem. Embora a centralidade seja uma forma em si mesma vazia, enquanto forma, ela exige um conteúdo (LEFEBVRE, 1974, p. 381-384). Uma forma e um conteúdo que não necessariamente se repetem e são os mesmos ao longo do tempo, uma vez que cada sociedade, cada modo de produção engendram uma centralidade própria. Por conseguinte, embora a ideia de centralidade dialeticamente pressuponha a reunião, o encontro, a simultaneidade, a repetição, que até recentemente se traduziam por uma continuidade e por uma contiguidade físicas, por uma acumulação espacial, há que se considerar agora essa acumulação como uma acumulação temporal. A centralidade se definiria, assim, não mais a partir de interações horizontais, mas de interações verticais, onde a reunião, o encontro, a simultaneidade e a repetição ocorrem ao mesmo tempo, simultâneas vezes, a partir de distintos pontos e localizações geográficas, articulando, a um só tempo, o local e o global.

Se por um lado o foco nos territórios revelou sua conformação, constituição e trajetória, por outro lado limitou os estudos e a reflexão geográfica a realidades específicas e particulares. Deixaram-se, por conseguinte, de lado as interações que se estabelecem, em várias escalas, entre os lugares, entre as cidades, entre diferentes espaços sociais. É necessário sair da escala local, da escala da cidade e trabalhar o urbano em articulação com escalas mais amplas, lembrando que as diferentes escalas informam de forma diferenciada o olhar do geógrafo, como já preconizava Yves Lacoste (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7, 1997, Recife, *Anais...* Recife: ANPUR; UFPE, 1997, p.1070-1099.

BOUDEVILLE Jacques Raoul. *Aménagement du territoire et polarisation*. Paris: Libre Enseignement Technique, 1972.

- CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. Práticas de preservação ambiental e dinâmica imobiliária na metrópole: um falso dilema? notas a partir de Belo Horizonte. Encontro Nacional da ANPEGE, 7., 2007, Niterói, *Anais...* Niterói: ANPEGE; UFF, 2007. CD-ROM.
- HARVEY, David. The Geopolitics of Capitalism. In: GREGORY, Derek; URRY, John. (ed.) *Social Relations and Spatial Structures*. London: Mac Millan/Cambridge, 1985, p.129-163
- _____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LACOSTE, Yves. *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *Espacio y Política*. Barcelona: Peninsula, 1974.
- _____. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *La Production de L'Espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LIMONAD, Ester. “Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...”. Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (55). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-55.htm>> Acesso em 20.12.2009.
- LIMONAD, Ester; ALVES, Josélia da Silva. Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente como Instrumento Legal de Regulação Urbano-Ambiental? Encontro Nacional da ANPPAS, 4., 2008, Brasília, *Anais...*Brasília: ANPPAS. 2008 CD-ROM.
- LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. Entre o ideal e o real rumo à sociedade urbana – algumas considerações sobre o “Estatuto da Cidade”. *GEOUSP*, nº. 13, 2003, p.87-106.
- LÖSCH, Auguste. *The Economics of Location*. New Haven: Yale, 1954.
- MARX, Karl. *O Capital* (livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v.1
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- OFFE, Claus. *Disorganized Capitalism*. Boston: MIT Press, 1984.
- PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p.145-156
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SHEPPARD, Eric. The spaces and times of globalization: place, scale, networks, and positionality. *Economic Geography* 78.3, July 2002, p.307-324.
- WEBER, Alfred. *Theory of the Location of Industries*. Chicago: University of Chicago, 1929.

Recebido em: 20/04/2010

Aceito em: 03/06/2010